

Sem perigo imediato

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

A divulgação pelo Governo de novos números sobre o déficit público desatou uma polêmica entre economistas e jornalistas econômicos.

Há divergências sobre como interpretar os números. Um economista chegou a declarar, pêremptório, que economistas do Governo e jornalistas, desatualizados em matéria de teoria econômica, estariam divulgando uma versão cor-de-rosa da situação fiscal.

Bem. Quando um economista apela para a teoria econômica, os jornalistas, coitados, ficam logo assustados e começam a tremer da cabeça aos sapatos.

Não tremeriam se soubessem o estado em que se encontra essa teoria, especialmente entre nós, em geral meros papagaios do que se produz nos centros desenvolvidos.

Mas, enfim, vamos ao que interessa. O Brasil tem ou não tem um problema fiscal? Claro que sim. O próprio Governo reconhece isso. De 94 para 95, houve um aumento espantoso do déficit operacional.

A situação está melhorando em 96? É de se esperar que o déficit se reduza, em função de fatores como a não concessão de reajustes ao funcionalismo federal, a correção modesta do salário-mínimo e dos benefícios previdenciários e a queda das taxas de juro internas.

Mas ainda não há sinais claros disso. No período janeiro/maio, o déficit operacional do setor público como um todo (inclusive empresas

públicas e governos estaduais e municipais) foi de 3,1% do PIB, contra 1,4% em igual período de 95. O superávit primário caiu. A dívida mobiliária federal continua crescendo aceleradamente. De qualquer maneira, um leigo atento poderia indagar: por que a preocupação com o déficit e a dívida?

Afinal, o Brasil vem conseguindo baixar de forma contínua a inflação, a despeito de tudo que dizem os economistas sobre o efeito inflacionário do déficit fiscal!

O problema é o seguinte: como o Estado brasileiro não tem acesso a crédito de longo prazo em escala significativa, os déficits acabam sendo financiados com o aumento dos passivos de curto prazo.

A chamada base monetária ampliada, que inclui a base monetária restrita, depósitos compulsórios em espécie e títulos federais de curto prazo, alcançou R\$ 158 bilhões em junho de 96, aumentando 91% em comparação com junho de 95.

Elas representam atualmente mais de duas vezes e meia o valor das decantadas reservas internacionais.

Isso não significa que o Brasil está ameaçado de uma crise no curto prazo. Mas não dá para empurrar com a barriga para sempre. O ajustamento das contas públicas é condição necessária para consolidar o programa de estabilização.

... financiados
com o
aumento dos
passivos de
curto prazo

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. é professor da Fundação Getúlio Vargas e pesquisador visitante da USP.